

## FRONTEIRAS AGRÁRIAS E PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO DO CAMPESINATO NA AMAZÔNIA – UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO NO SUDESTE E SUDOESTE DO PARÁ

Fabiano de Oliveira Bringel<sup>1</sup>

Cláudio Ubiratan Gonçalves<sup>2</sup>

### Resumo

Os sujeitos do grande capital em articulação com estado brasileiro elegeram a Amazônia como uma grande “fronteira de acumulação”. Desde a década de 1960 vemos o processo de ocupação da região se intensificar e com ele os conflitos, em várias dimensões. Surgiu, então, a ideia de estudar a organização dos camponeses em diferentes tempos e espaços da fronteira a partir de sua lógica de territorialização. Nossa pergunta inicial é: qual a relação entre a fronteira capitalista e as territorialidades camponesas na Amazônia paraense? Nossa hipótese para essa questão é que as frentes de expansão da fronteira capitalista na Amazônia paraense tendem a *desterritorializar* as sociedades camponesas. Porém, sua organização e resistência podem contribuir para um recuo da fronteira permanecendo seus modos de vida transformados, agora, em novas territorialidades (*ou uma nova campesinidade*).

**Palavras-Chave:** Fronteira, Territorialidades, Campesinato.

## BORDERS AND AGRICULTURAL PEASANT TERRITORIALIZATION PROCESSES IN THE AMAZON - A COMPARATIVE ANALYSIS OF THE SETTLEMENT OF PROJECTS AND SOUTH SOUTHWEST PARA

### Abstract

The agents of the capitalism, in conjunction with the Brazilian government, chosen Amazon as their great accumulation frontier. Since 1960's we see the process of colonization of the land intensifying and, combined, multidimensional conflicts for which the region is famous. Then came the idea of a research about the peasant organizations in different periods and spaces, from its own logic of territorialization. Our first question is: which is the relationship between the capitalist frontier in Amazon and the peasant territorialization in Amazonian state of Pará? Our hypothesis is that the expansion in the capitalist frontier tends to deterritorialize the peasant societies. Nevertheless, its own organization and resistance may contribute to a step back in the frontier (stop the frontier from moving forward), remaining their transformed but still traditional ways of life (new territorialities or a new rurality).

**Keywords:** Frontier; Territorialities, Peasantry.

---

<sup>1</sup> Doutor em Geografia e professor da UEPA.

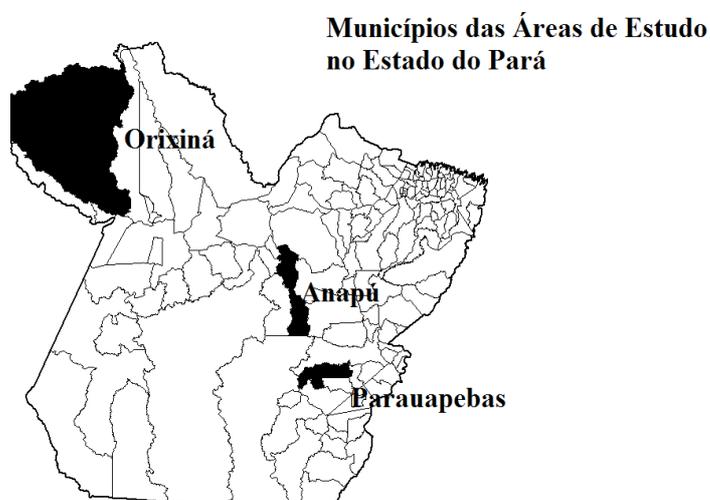
<sup>2</sup> Doutor em Geografia e professor da UFPE.

## Apresentação da discussão

Os sujeitos do grande capital em articulação com estado brasileiro elegeram a Amazônia como uma grande “fronteira de acumulação”. Desde a década de 1960 vemos o processo de ocupação da região se intensificar e com eles os conflitos, em várias dimensões. Surgiu, então, a ideia inicialmente de estudar a organização dos camponeses em diferentes tempos e espaços da fronteira a partir de sua lógica de territorialização. Organizamos então um projeto de pesquisa que tinha como lócus de estudo três objetos geográficos – o PA Palmares II, no Sudeste do Pará, o PDS Esperança no Sudoeste do Pará e o Comunidade Remanescente de Quilombo São Pedro no Baixo Amazonas.

O objetivo seria entender que mecanismos de construção de seus territórios esses diferentes objetos geográficos utilizam já que são “animados” por diferentes sujeitos como MST, Igreja Católica e Movimento dos Remanescentes de Quilombo. Isso tudo na fricção com os chamados Grandes Projetos na Amazônia, como exemplo o Projeto Ferro Carajás, a UHE de Belo Monte e a Mineração Rio do Norte – MRN. Nossa intenção inicial aí seria fazer uma análise comparativa entre esses diferentes territórios. Porém, o tempo, as dificuldades de acesso aos diferentes campos e a dificuldade teórica em comparar quilombola com trabalhador assentado foram os elementos que fizeram repensar o projeto de pesquisa inicial. Abaixo apresentamos uma figura com a localização dos municípios.

**FIGURA 01 – Localização dos Municípios dos Projetos de Assentamentos**



Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Optamos por ficar apenas com os assentamentos (PA Palmares II em Parauapebas e PDS Esperança em Anapu) pela lógica da proximidade e também pela facilidade de se trabalhar com uma unidade categórica – assentamento rural. Nossa pergunta inicial é: qual a relação entre a fronteira capitalista e as territorialidades camponesas na Amazônia paraense? Nossa hipótese para essa questão é que as frentes de expansão da fronteira capitalista na Amazônia paraense tendem a *desterritorializar* as sociedades camponesas. Porém, sua organização e resistência podem contribuir para um recuo da fronteira permanecendo seus modos de vida transformados, agora, em novas territorialidades (*ou uma nova campesinidade*).

Neste trabalho três conceitos são fundamentais – fronteira, território e camponês. Eles são trabalhados no desenvolvimento do trabalho. Juntamente com os procedimentos metodológico.

Isso para entendermos, de um lado, que a correlação de forças entre os diversos sujeitos sociais (madeireiros, fazendeiros, mineradoras e Estado de um lado e, de outro, camponeses) na fronteira capitalista da Amazônia paraense tende a prevalecer o ordenamento territorial das classes hegemônicas. No entanto, se esquadrinha uma contra-hegemonia capaz de garantir uma estagnação da fronteira, ou mesmo, de uma involução da mesma. Pensamos isso na relação com o território. Por isso compreendemos que a ação que desterritorializa o campesinato na fronteira é acompanhada frequentemente e de forma paralela, por ações reterritorializadoras, portadoras de uma capacidade de reinvenção do camponês.

Na segunda parte da pesquisa trabalhamos o contexto sócio-espacial de cada mesorregião que os assentamentos estão circunscritos (Sudeste e Sudoeste do Pará) e tratamos dos dados coletados no decorrer do campo da pesquisa. Desenvolvendo aí uma comparação entre os assentamentos e os diferentes tempos e espaços da fronteira. Partimos da premissa que existem espaços que estão num momento de pouca ação antrópica (muita entropia) e espaços com muita ação humana (pouca entropia). Isto não quer dizer que a fronteira evolua linearmente, em etapas, numa escala que vai de sua abertura até seu fechamento (consolidação).

Fazemos essa análise a partir de quatro características da história de vida desses assentados. Chamaremos aqui essas características de *clivagens territoriais* – trabalho, migração, família e saberes. Investigamos esses quatro elementos

estruturantes do território convictos de que eles têm relação com as dimensões desse mesmo território. Trabalho/migração *mais* vinculados a dimensão político-econômica e família/saberes *mais* relacionada à dimensão cultural/ambiental.

Para concluir retomaremos o debate sobre o campesinato. Tentaremos responder se os assentamentos rurais no contexto da fronteira de acumulação são forjados a partir do que chamamos de matriz camponesa. Essa matriz apresenta os seguintes elementos: a busca pela posse da terra; no trabalho, essencialmente, agrícola; na mão-de-obra prioritariamente familiar; nas relações familiares primárias; num estilo de vida que valoriza a relação mais direta com a natureza e na busca pela autonomia nas suas relações de produção.

### **Definindo Fronteira**

Quando começamos o estudo sobre as referências bibliográficas concernentes à fronteira acreditávamos que o exercício de defini-la e apresentar um *estado da arte* como parte do resultado da pesquisa pareceria uma atividade fácil. Ledo engano. Por duas razões básicas. Uma, pelo uso e abuso que o conceito teve ao longo de pelo menos 100 (cem) anos de reflexão em torno dele. Outra, pela controvérsia, no campo das ciências sociais, sobre a existência ou não, em nossos dias, de uma *fronteira* para o modo de produção capitalista? Se existe uma delas estaria na Amazônia?

Partimos da hipótese que sim. A Amazônia ainda é uma fronteira para os agentes do capital. Não exatamente àquela das décadas de 1960 e 1970. Mas uma nova. Com contornos e sujeitos diferenciados. Conteúdo e intensidades modificados. Com heranças de períodos anteriores e características novas. Aí nos perguntamos, centralmente, em nosso trabalho - de que forma o avanço dessa fronteira capitalista contemporânea, a partir da década de 1960, aprofunda processos de territorialização das sociedades camponesas na Amazônia paraense?

Começaremos aqui pelos diversos usos que a palavra tem nas suas mais diversas aplicações até chegar à que queremos. Em termos gerais a fronteira, de imediato, nos remete a noção de zona ou linha divisória. Entre algo que conhecemos e que num certo sentido nos pertence e algo que desconhecemos que nos é estranho e inexplorado. Apresentamos sentidos similares como fronteira tecnológica,

fronteira do conhecimento, fronteira política, ou mesmo, a “última fronteira, o espaço sideral”. O termo pode ser empregado, segundo Marc Augé, para significar o universo, para dar um sentido ao mundo e torná-lo habitável. Assim, no essencial, a demarcação de fronteiras se constituiu em “opor categorias como masculino e feminino, o quente e o frio, o céu e a terra, o seco e o úmido, para simbolizar o espaço compartimentando-o” (AUGÉ, 2010).

Na revisão de literatura sobre o fenômeno, diversos tipos de abordagem aparecem. Primeiro, a fronteira é geralmente remetida à noção política “da parte do país que enfrenta o outro”. Noção que geralmente aparece mais estática (tendo a clareza que se pode transformar-se com o tempo) e que surgem com a “concretude territorial do estado” (GUICHONET & RAFFESTIN, 1974). Existem os que compreendem a fronteira como “fronteiras de assentamentos”, nos remetendo a uma lógica mais demográfica, que para Reboratti (1990) estaria vinculada a “fenômenos móveis e transformadores que são dinâmicos e nem sempre resultam de forças claramente definidas dentro ou fora de si mesmas” (REBORATTI, 1990:02). Por outra perspectiva aparecem os que definem a fronteira como *conflito* entre diferentes sujeitos na qualidade de classe e/ou étnica. É o caso de Almeida (2005) “uma dicotomia entre as identidades territoriais, pois é deste território ou não é. Isto nos leva a entender porque a fronteira é um espaço de conflito.” (pag.107). Por esse caminho também se move Ribeiro (2012) que em sua tese traz uma proposta interessante de transportar a ideia de fronteira para a ideia de *front*, que seria assim “a fronteira na sua máxima explicitação do conflito” (pag. 59). Na aplicação dessa abordagem ao espaço amazônico destaca-se Jean Hébette, com vários artigos sobre o assunto (Hébette, 2004).

Com base nessas diferentes abordagens elencaremos os elementos que nos ajudam a definir nossa concepção de fronteira: a) a fronteira é mais um espaço do que exatamente uma linha divisória; b) Espaço este heterogêneo tanto no que se refere aos domínios naturais quanto de organização social. Por isso, coexistiriam, contraditoriamente, dois ou mais tipos de organização espacial; c) A condição de fronteira é sempre balizada numa conjuntura dada e numa sociedade especificamente estabelecida no tempo e no espaço; d) Tendo como advertência o ponto anterior, entendemos que um lugar num dado tempo-espaço pode se converter em fronteira. Pode deixar de sê-lo em outro. E retornar a ser em outra

conjuntura; e) Fazemos aqui a distinção entre frente e fronteira. As “frentes” estão contidas na fronteira e separamos, a título de entendimento, em duas feições: i) frente como momento histórico da fronteira subdivida em “frente de expansão” e a “frente de pioneira”; ii) frente como expressão territorial da expansão econômica tendendo a utilizar um recurso específico, porém efêmero (frente madeireira; frente mineradora; frente agropecuária etc.) e f) Temos clareza que fronteira em sua acepção original tem um forte componente colonial e etnocêntrico. A fronteira aparece como separação entre o “Nós” – a “civilização”, o ecúmeno, os de “dentro”. E os “Outros” – “selvagens”, indômitos, incivilizados, os de “fora”.

### **Questões importantes para a fronteira amazônica hoje – pela construção de uma abordagem territorial sobre a fronteira e o campesinato**

Depois deste percurso sobre diversas percepções sobre a *situação de fronteira* procuraremos aqui destacar alguns elementos que julgamos importantes para ajudar na construção de uma teoria geográfica sobre a fronteira à luz de uma abordagem territorial. Acreditamos que esse tipo abordagem ajudará na reflexão de duas questões levantadas, primeiramente, por Brandão (2007) e, depois, por Acselrad (2013) e que, no nosso entendimento, acabam se encontrando.

Para Brandão (2007) teríamos no Brasil, dois grandes tipos de estudos sobre as sociedades camponesas: um que, ao estudar as *sociedades camponesas tradicionais*, privilegia o *espaço e a cultura*; e outro que, ao estudar as sociedades camponesas no interior da *fronteira, nas frentes pioneiras ou de expansão*, áreas de conflito agrário, enfoca o *tempo e a história*. O resultado, segundo o autor é ter

[...] então, de um lado, um excesso de cultura (espaço) sem história e, de outro, um excesso de história (tempo) sem cultura. Há muitos espaços sem tempos, de um lado, e muitos tempos sem espaços, de outro. E é difícil encontrar um ponto de equilíbrio entre essas duas dimensões que tanto na natureza quanto nas sociedades humanas não existem nunca em separado. (BRANDÃO, 2007: 38).

Por outro lado, mais recentemente, Acselrad (2013) com base em Fraser (2006) apresentou duas problemáticas que foram construídas em separado, “a questão das demandas por terra por parte de grupos camponeses fundados na tradição do trabalho familiar” e, por outro lado, “as demandas por território

formuladas por grupos indígenas, quilombolas e extrativistas detentores de modos de vida associados ao uso de terras tradicionalmente ocupadas” (pag.10). Tanto as lutas por terra e as lutas por território foram construídas em separado como os próprios estudos dos fenômenos foram desenvolvidos igualmente em separado. Sobre essa situação discorre

Esses esforços teóricos e paralelos e pouco dialógicos entre si foram simultâneos, por certo, a movimentos de elaboração de estratégias políticas também paralelas e pouco comunicantes entre si: por um lado atores das lutas por reforma agrária reivindicando direitos universais à terra e, de outro, movimentos indígenas, remanescentes de quilombos e grupos extrativistas reivindicando direitos específicos à delimitação, demarcação e proteção de seus territórios. (ACSELRAD, 2013:10).

Teríamos, então, de um lado, uma luta redistributiva (luta por terra), ligada aos movimentos camponeses. Afiliar-se-iam aí um conjunto de pesquisadores que ao se debruçarem sobre essa questão estudariam *tempos sem espaço*, um excesso de *tempo sem cultura*. Por outro lado, teríamos lutas por reconhecimento (luta por território) ligadas aos movimentos dos *povos tradicionais*. E outra gama de pesquisadores que analisariam *espaços sem tempo*, um excesso de *cultura sem história*.

Neste sentido, acreditamos que a *abordagem territorial* é fundamental para integrar esses *espaços sem história* com esses *tempos sem espaços*. Já que na fronteira agrária amazônica temos num determinado tempo-espaço, *além* da fronteira de acumulação do capital essas *sociedades tradicionais* (como Indígenas e Quilombolas) e em outro as sociedades camponesas das frentes pioneiras, dos acampamentos e dos assentamentos, inseridos de forma contraditória ou precária, na fricção com os agentes do capital ou *aquém* da fronteira.

No momento apresentaremos algumas situações-problema acerca das diversas percepções sobre fronteira e suas dificuldades em nossa empiria trabalhada. Na análise geral sobre o entendimento de fronteira acreditamos que temos duas questões para serem levantadas e enfrentadas:

## **Desencontros na (des)construção do território camponês – as fronteiras dentro da fronteira**

### *O estranhamento do trabalho camponês*

No sudeste do Pará, no município de Parauapebas, o MST organizou um assentamento chamado Palmares II (um de nosso lócus de pesquisa). De imediato, foram aprovados 05 grandes cooperativas agroindustriais para os assentados trabalharem coletivamente, muito com base no modelo do sul do país, onde as cooperativas agroindústrias tiveram um relativo êxito. As agroindústrias foram de farinha, suinocultura, rizicultura, laticínio e de avicultura. A estrutura foi montada e as agroindústrias começaram a funcionar. Depois de dois anos todas fracassaram. Independente das possíveis causas da derrota desse modelo, já trabalhadas em Monteiro (2004), chamo atenção para uma situação específica na agroindústria da avicultura.

Montada a estrutura para produção de frango de granja em escala industrial, com suas respectivas divisões do trabalho, com jornadas distribuídas ao longo de quatro turnos, um sistema técnico exógeno à lógica camponesa, já que desde o fornecimento de pintos à ração utilizada para os frangos, passando pela quantidade de unidades animais a serem criadas e abatidas, tudo era ditado por uma grande indústria alimentícia, a Frango Americano. Depois de um ano nesse “regime”, os assentados realizaram uma assembleia para desmontar a agroindústria, dividir os frangos entre as famílias e convertê-los em frangos caipira. Como observamos na fala da coordenadora de produção do MST

Nós fizemos uma experiência aqui num assentamento nosso. De produção de frango de corte. Mas as famílias que pegaram o projeto de frango de corte nunca tinham produzido. Nunca tinham criado galinha em um sistema intensivo. E muitas delas tinham características urbanas. Os pais foram do campo, mas ele teve uma vida na cidade. Primeiro que na região não se produzia, nós atentamos para isso, o que tinha aqui (fala da Microrregião de Marabá). Comprava de Conceição, de Redenção, São Paulo. A lógica de trabalho que seria incorporada a esse sistema para poder manter o horário. Fazer todo o processo de criação das galinhas. Trocar água. Fazer tudo. Ter toda uma disciplina. Nós, ainda, ficamos sem ter a assistência técnica necessária. A tendência foi ir abandonando. Largaram tudo aquilo lá. Largaram para continuar com a galinha caipira. (“Joana”, coordenadora do Setor de Produção do MST/PA, entrevista realizada no dia 20 de julho de 2004).

Podemos identificar dois grandes problemas levantados junto à entrevistada para justificar o insucesso da agroindústria da avicultura: a) a não experiência em relação a um sistema intensivo de criação de galinhas (projeto de cooperação coletiva com divisão social do trabalho, horários estabelecidos, etc) junto com a falta de assistência técnica e b) as características urbanas dos assentados, sem experiência em atividades rurais. Observa-se que o próprio MST tem uma leitura problemática de sua base social, na medida em que aponta a não vocação para o trabalho agrícola dos assentados e não entende o projeto de autonomia que o campesinato desenvolve ao longo de sua trajetória. Neste caso, a atividade de produção avícola intensiva tem muito mais chance de ser exercida por pessoas que tenham hábitos disciplinados e informações para dominar as técnicas modernas do que um camponês *ignorante* e adaptado a outro sistema de criação.

Esse fato nos remete ao que nos trouxe José Graziano da Silva quando discorre sobre o processo de tecnificação dos agricultores e uma das faces de sua proletarização na fronteira agrícola. Essa tecnificação levaria a recriação do camponês sob outras bases transformando-o em um *novo camponês*, agora, como um *trabalhador para o capital*. Este caso, embora é verdade carecendo de generalizações, nos demonstra a força de resistência do camponês à tecnificação, sua recusa ao regime de jornadas fixas de trabalho e da proletarização como um todo e sua insubordinação à dependência da própria indústria. Tal situação nos leva a questionar essa transformação mecânica tanto no sentido da “capitalização”, onde conflito seria, agora entre frações de classe (pequeno empresário capitalista *versus* empresas) quanto no “sentido particular de proletarização” no que se refere à transformação desse camponês na fronteira em um simples “trabalhador em domicílio”.

### **Ação do Estado e a Diferenciação Espacial**

Uma das áreas de nosso estudo é o PDS Esperança no Município de Anapu, região conhecida como Terra do Meio no Estado do Pará e que faz parte da Microrregião de Altamira. O PDS é uma modalidade de assentamento rural onde se associa a agricultura com práticas extrativistas florestais. Fundado em 2002, o PDS foi resultado de intensa luta de *colonos* ao longo da rodovia Transamazônica contra

a grilagem de terras e extração ilegal de madeira que se estabeleceu na região a partir da década de 1980.

O estado brasileiro dividiu a Rodovia Transamazônica em dois polos (Transa-Oeste e Transa-Leste). O polo Transa-Oeste com terra considerada “boa”, de terra roxa, a chamada “faixa”, onde os agricultores ali instalados seriam rapidamente inseridos no mercado, com a assistência técnica, com ramais abertos pelas máquinas do Estado, instalação de escolas a cada 10 quilômetros e produção voltada para a exportação. Objetivando aí transformar os camponeses, colonos do sul, em agricultores familiares exemplos de uma pequena produção que “*deu certo*”. Outro polo, o Transa-Leste, abandonado à própria sorte, com trabalhadores oriundos do nordeste brasileiro, onde “em 1975, os primeiros colonos começaram a abrir as picadas e ramais ‘no braço’ (com facão e foice) [...] sem nenhuma estrutura ou apoio governamental esses colonos mediam os seus lotes com cordas” (GUZZO & SANTANA 2009, 41).

O projeto político do estado brasileiro para esse polo (transa-leste), desde o seu início, foi sempre contar com a derrota da agricultura camponesa e estabelecer a concentração fundiária objetivando a territorialização da “grande empresa rural” através da CATP’S (Contratos de Alienação de Terras Públicas) com lotes em média de 3.000 hectares. Podemos constatar isso na fala de Fábio, uma das lideranças do PDS Esperança

Antes era só na margem, aí vieram ocupando, o pessoal veio ocupando essas áreas de C.A.T.P., veio ocupando essas áreas de C.A.T.P. abandonadas, é poucos que tem em Anapu que ainda ta lá com o C.A.T.P. em dia, cumpriam todas as regras, e a maioria ta em litígio, já teve o C.A.T.P. cancelado, ta na justiça pra retomada do INCRA, o INCRA brigando pela posse da área de novo, pelo não cumprimento do C.A.T.P., a venda do C.A.T.P. que praticamente todos, eu só conheço dois no Anapu que tem ainda o C.A.T.P. que é o legítimo dono do C.A.T.P. que é o seu Arí [...] (Fábio, Coordenador da Associação Agroecológica da Comunidade Santo Antônio do PDS Esperança, entrevista realizada em 18 de julho de 2013).

A partir da situação apresentada acima, nossa hipótese, a partir da proposta de José de Souza Martins (1997), é que houve uma sobreposição da frente de expansão sobre a frente pioneira nesta área da Transamazônica. Isso porque o acesso à terra “obtida pela posse” se estabeleceu sob o signo de “colonização

espontânea” na Transa-Leste. Ao mesmo tempo e espaço, na Transa-Oeste se estabeleceu “um regime de propriedade privada da terra”, ordenada pelo estado brasileiro e chamada de “colonização dirigida” o que poderíamos caracterizar de uma “frente pioneira”. O resultado seria uma tensão entre a *terra de negócio* e a *terra de trabalho*.

### **Mineração vista sob a Questão Agrária**

O assentamento Palmares II está localizado no entorno da Serra de Carajás, no interior do município de Parauapebas, sofre a influência direta do Projeto Ferro Carajás – PFC da companhia de mineração Vale. Assim, a lógica do vetor da mineração, como mais uma frente econômica, é um componente importante na reflexão sobre a fronteira e da questão agrária que lhe é subjacente.

A influência se dá basicamente através de três situações. Duas ligadas diretamente à Vale. A primeira através da utilização do trabalho dos assentados pelo assalariamento feito por empresas terceirizadas atingindo parte importante da juventude. A segunda pela sua ferrovia<sup>3</sup> que “corta” o assentamento (no momento sendo duplicada). É grande o número de acidentes provocados pelo trem envolvendo tanto humanos como outros animais de criação dos assentados (bovinos, suínos, caprinos e equinos). Uma terceira situação se articula com o processo de expansão da malha urbana da cidade de Parauapebas, com a demanda crescente por areia e seixo pela indústria da construção civil. Nesta cidade é grande o assédio por esses recursos junto aos lavradores. Como a maioria dos lotes no assentamento são cortados pelo rio Parauapebas, que contém tais recursos minerais, o resultado é um processo crescente de “subordinação” desses camponeses ao capital mercantil na figura das estâncias de venda de materiais de construção.

Neste sentido, é que se estabelece a “articulação entre acumulação primitiva

---

<sup>3</sup>São 892 km da Estrada de Ferro Carajás (EFC). Em processo de duplicação, esta ferrovia vai de Parauapebas (PA) a São Luís (MA). Vale também é proprietária do Porto Ponta do Madeira, localizado na capital maranhense. Atualmente, a EFC passa por 27 municípios, 28 Unidades de Conservação e atravessa diretamente mais de 100 comunidades quilombolas, indígenas e camponesas no Pará e no Maranhão, além de abranger 86 comunidades quilombolas na sua área de influência direta ou indireta.

e formas de acumulação propriamente capitalistas” e nesse jogo, o campesinato é fundamental. Cumpre um papel importante. Mesmo em condições subordinadas às regras de acumulação do capital que no “capitalismo autoritário, onde quer que preexistia uma base camponesa, ela não é destruída pelo desenvolvimento capitalista (a não ser em parte), mas é *mantida como uma forma subordinada de produção* e a acumulação primitiva prosseguem às suas custas” (VELHO, 1976:49). Temos, então, além da lógica de subordinação pela agricultura, também a subordinação pelo extrativismo. No caso, mineral.

### **Entre o material/econômico e o imaterial/simbólico**

Ao chegarmos na Palmares II ainda pelo ano de 2006, em outra situação de pesquisa, encontramos um lote cercado na área reservada para a expansão da agrovila que destoava da paisagem planejada. Classificamos como “ocupante” porque naquele momento o camponês que entrevistamos estava em situação irregular no Projeto. Era uma espécie de “invasor” do Assentamento organizado pelo MST. Tal situação nos chamou a atenção. “Como assim? O cara invadiu o MST!” Imediatamente quisemos conversar com ele. Tentamos pelo menos três vezes entrevistá-lo. Na primeira tentativa fomos acompanhados por um dos militantes do MST. Quando o viu mandou sairmos imediatamente da porta de sua casa.

Na segunda tentativa fui só. Recebeu-me e imediatamente mandou sua companheira fazer café. Ofereceu um tamborete para sentar. Com pouca experiência de pesquisador, cai no erro de perguntar seu nome. Dito e feito. Fui expulso novamente de sua casa. Retornei, pela terceira vez, no outro dia. Agora, mesmo ressabiado, fui de imediato dizendo que não queria saber seu nome. Apenas sua história de vida. Não tiraria nenhuma foto e nem gravaria qualquer palavra, minha ou de quem quer que seja na casa. As bases do acordo foram firmadas. Comecei, então, a conversa com esse lavrador. Acabou sendo uma das histórias mais interessantes que já ouvi em toda a minha existência. Vamos para uma parte dela.

O lavrador “P” começou contando que tinha nascido no norte de Goiás (hoje Tocantins) no ano de 1963. Tinha saído muito cedo do lugar onde morava porque a terra era de outro. E que saiu de lá, junto com seus pais, em busca de terra própria

para sair do “cativeiro”. Rumaram em direção ao Oeste do Maranhão. Depois de um período longo pela região de Codó encontraram a terra de um fazendeiro que ofereceu terra em troca de trabalho (a famosa condição de *agregado*). Durante o período de um ano, seu irmão se apaixonou por uma moça do lugar. O coração dessa moça, por sua vez, já era cobiçado por outro. Começou então uma grande refrega entre os dois pelo amor da moça.

Em um dos episódios da disputa, o Outro esperou o irmão de nosso interlocutor, atocaiado atrás de uma capoeira na saída de uma festa. Quando o irmão passou pela capoeira, o Outro o atacou com uma mordida em seu ombro. Em uma breve troca de sopapos, a briga se dissipou. Foi quando começou uma “desgraça” espiritual na família de nosso entrevistado. O seu irmão morreu com uma inflamação profunda dois meses depois no mesmo lugar onde a mordida foi feita. Nesse mesmo caminho estavam indo todos os seus irmãos, inclusive ele, caindo em enfermidades profundas. Descobriram que esse Outro manipulava energias espirituais e era um grande “feiticeiro” da região. Foi quando a família chegou à decisão de emigrar para outro lugar (no caso o Sul do Pará). “Moço, foi um catimbó<sup>4</sup> brabo!” foi o que disse ao responder a minha indagação do por que tinham saída daquele lugar.

Toda essa longa história é para ilustrar que nem tudo cabe na grande “cobertura” econômica e material para as explicações dos fenômenos sociais. Costa (2012) se aproximou dessa discussão, apoiado em Teodor Shanin, ao afirmar que toda compreensão sobre o campesinato na fronteira acaba numa polaridade (ou numa bipolaridade) entre o

‘anticapitalista’, com potencial subversivo em relação ao projeto instaurador da “terra de negócio” (Martins), ou capaz de alterar a qualidade da sociedade civil como uma força a se tornar plenamente inserida no universo político da sociedade configurada na via autoritária de desenvolvimento do industrialismo capitalista (Velho) (COSTA, 2014:212).

O autor conclui, então, sua hipótese apresentando uma diversidade de condições da presença camponesa no interior da fronteira. Até aí tudo bem. A questão nos remete novamente à reflexão (sobre essa condição), única e

---

<sup>4</sup>“Catimbó” é uma expressão do interior do Maranhão usada para designar uma espécie de feitiço. Usada, também, como sinônimo de “macumba”.

exclusivamente, à dimensão econômica (ou de uma economia política). Quando nos fala que “requalificar a esfera econômica na dinâmica agrária da Amazônia, de modo a transformá-la em locus privilegiado da construção de um novo projeto (também político) de modernização” (COSTA, 2012:212). Apresenta então o problema, não levado em consideração até então, é verdade, das *inovações tecnológicas* no interior do campesinato que acaba rebatendo em suas decisões estratégicas no plano da unidade de produção familiar. Acreditamos que se deve levar, sem dúvida, em conta essa variável. Porém, existem ainda outras, tão importantes quanto, que não estão na esfera da economia. Como esse relato apresentado, em que a decisão de migrar (característica estrutural da fronteira) não seguiu exatamente uma causalidade *material e econômica*.

Tal perspectiva ganha reverberação na conversa que tivemos com uma liderança do MST no Sul do Pará, reproduzida abaixo

Nos consideramos um dos movimentos camponeses do mundo que tem na relação com a terra e na relação com a agricultura o seu principal campo de resistência, não só econômica, mas também espiritual, cultural, sentimental, de valores. para o quê? Quem começa a construir essa relação na terra, enquanto camponês, nos últimos trinta anos e que tem relação com essa região por conta da migração, que vem ocupando terras que estavam historicamente na mão dos latifundiários, pelos pequenos produtores, eles estão fazendo um serviço, né? Que é dividir terras da burguesia pra poder criar pequenas propriedades e criar de fato o campesinato, então o que a gente faz aqui é provocar o processo de divisão da terra e reforma da terra pra criar, em escala de massa, pra criar condições de existência e surgimento de um novo campesinato, que é esse que passou por um processo de migração, por etapas de resistência, de períodos na cidade, mas que volta para o campo, né? Então, nós achamos que esse campesinato ainda não tá pronto e acabado, porque esse campesinato está sempre em evolução, ele tá sempre em processo de reformulação de sua existência espacial, de sua vida comunitária, né? Da reconsideração de técnicas ou não, por exemplo existiam experiências na Rússia e na Europa, de comunas camponesas que nunca existiram por aqui. Tiveram outras experiências coletivas na terra que nunca foram estudadas de modo mais sólido pelos pesquisadores: o que é que têm nos camponeses brasileiros que tem alguma semelhança com as civilizações pré-colombianas, por exemplo? O que é tem a ver com os Astecas, os Maias e os Incas de semelhança com nosso campesinato? O que é que ficou dos Índios? Dos Guaranis e das tribos Tupis e que foi incorporado à agricultura nossa? O que é o camponês no Pará? (“Jorge”, liderança assentada na Palmares II, entrevista realizada em maio de 2006).

Nosso entendimento é que um dos principais *sujeitos* da fronteira é o campesinato. Ele atua em diferentes tempos e espaços dela. Articula-se em diferentes níveis escalares e constrói e desconstrói formas espaciais produzindo

diferentes funções em relação aos modos de produção que se (de)formam contraditoriamente em seu interior. Nossa problemática começa na relação entre a reprodução desse ator em área de fronteira agrária tendo como base os seus *processos de territorialização*. Compreendendo aqui que território e territorialização serão categorias fundamentais para compreensão do fenômeno em sua totalidade.

Os processos de territorialização envolvem na esteira do conflito social, acordos e ajustes que nos remetem a *relações de poder* que podem ser simétricas e assimétricas no interior da fronteira. Tais relações são geralmente *conflituosas* e, portanto, fundamentais e inerentes para se compreender as *territorialidades* camponesas, categoria central em nosso trabalho, e as diversas formas que adquirem no interior da *fronteira* capitalista. Como nos esclarece Fernandes (2005),

[...] O enfrentamento é um momento do conflito. Para compreendê-lo em seu movimento utilizamos o conceito de conflitualidade. A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização–desterritorialização–reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural, formadores de diferentes organizações sociais. (FERNANDES, 2005:02)

A contribuição de Fernandes é fundamental porque nos fornece a ponte necessária entre a situação de *conflito social*, inerente às *sociedades de fronteira* e a territorialização do campesinato na fricção com as frentes dos grandes projetos ligados ao grande capital na Amazônia paraense. Outro entendimento importante para se destacar é o elemento *terra* como estruturador dessa territorialização. Um elemento que perpassa e dá unidade a todas as relações, levando em consideração não só o elemento econômico mas todas as demais dimensões do território, inclusive a lógica do rural e o urbano no interior da fronteira, como Roberto Alentejano (2000) pontua

[...] independente das atividades desenvolvidas, sejam elas industriais, agrícolas, artesanais ou de serviços, das relações de trabalho existentes, sejam assalariadas, pré-capitalistas ou familiares e do maior ou menor desenvolvimento tecnológico, temos a terra como elemento que perpassa e dá unidade a todas estas relações, muito diferente do que acontece nas cidades, onde a importância econômica, social e espacial desta é muito mais reduzida. Com isso queremos dizer que cada realidade rural ou urbana deve ser entendida em sua particularidade, mas também no que tem de geral, sua territorialidade mais ou menos intensa. É esta intensidade da territorialidade que distingue, em nossa opinião, o rural do urbano, podendo-se afirmar que o urbano representa relações mais globais, mais descoladas do território, enquanto o rural reflete uma maior territorialidade, uma vinculação local mais intensa. (ALENTEJANO, 2000:106).

Por fim, nosso entendimento é que para se resolver a oposição reproduzida na atualidade das lutas por terra e por território e estudos que privilegiam tempos sem cultura (espaço), de um lado, e espaços sem história, de outro, uma abordagem de pesquisa pela lógica da territorialização será nossa meta. Assim, a reflexão passa pela leitura que os processos de ocupação da Amazônia envolvem a desigualdade social, a diversidade espacial e uma tentativa constante de empoderamento sobre as riquezas por parte dos camponeses que lhes proporciona a autonomia frente aos projetos hegemônicos de espoliação.

### **Conclusões – Os Assentamentos Rurais como uma encruzilhada territorial**

Os assentamentos como uma encruzilhada social conformando diferentes territorialidades em seu interior é o reflexo de um assentado que apresenta trajetórias individuais e coletivas intensas. Que são ao mesmo tempo distintas e semelhantes. Distintas porque cada indivíduo e família são um universo de relações tanto materiais como simbólicas apresentando diferente saberes, origens e ocupações. Ao mesmo tempo, apresentam certa unidade em suas trajetórias porque esses indivíduos e suas famílias passaram por um esgotamento das suas capacidades reprodutivas, tanto materiais e simbólicas, e seguiram a “corrente” da emigração em direção a Amazônia, compondo a face demográfica da fronteira.

No contexto da fronteira, essas famílias são migrantes não apenas em sua geração, mas trás consigo em sua “bagagem”, como uma espécie de herança, o componente atávico deste fenômeno. Desde os avós, passando por seus pais até chegar sua geração. Neste sentido, as redes de parentesco, as redes de comunicação são indicadores importantes para a compressão das territorialidades

desses assentados. Moreira & Medeiros (2013) em pesquisa sobre território e territorialidades e sua relação com movimento social caminham neste sentido

O assentamento é expressão desta reterritorialização, construção do novo território, território este conquistado na luta. É uma nova coletividade marcada pela confluência de trajetórias individuais que, quando se manifestaram, apesar da sua diversidade, no momento da luta eram vistos como unos em razão de sua identidade de “sem-terra”. A conquista da terra inaugura um novo tempo, em que a condição de assentado traz à tona expectativas individuais no tocante a viver e produzir na terra. (MOREIRA & MEDEIROS, 2013:263).

É nessa “condição de assentado” que inaugura um “novo tempo” recheado de “expectativas individuais e coletivas” que reside nossa preocupação de pesquisa. Sua condição de assentado na fronteira do capital, na relação direta e indireta com seus agentes, não garante sua reprodução, portanto, sua territorialização. Isso por vários motivos. Listaremos, para começar, quatro deles: a) de ordem demográfica e fundiária; b) outro relacionado a extração mineral e atividades econômicas no assentamento; c) elemento envolvendo as grandes obras de infra-estrutura como a UHE de Belo Monte.

a) Os assentamentos são feitos para dar uma resposta imediata a pressão do movimento dos camponeses por terra. Os lotes distribuídos estão aquém da possibilidade de reprodução da unidade de familiar. A composição das famílias no campo é numerosa (em média cinco filhos por unidade). Os lotes agrícolas são, geralmente, de cinco hectares (no caso sudeste do Pará). O balanço dessa equação se torna insustentável. Os assentamentos são feitos, portanto, para dar resposta a uma geração de pessoas. Um horizonte de longo prazo através da preocupação com a reprodução de outras gerações da família é esquecido. O resultado desse processo é o deslocamento (migração forçada) dos filhos para outras frentes de luta pela terra e a abertura de novas fronteiras para a mobilidade do capital.

b) Outro componente presente na questão agrária na Amazônia é a mineração. Territórios camponeses localizados nas áreas de impacto dos Grandes Projetos Mineradores e no entorno das cidades que servem como base de apoio logístico a este tipo de extração sofre com a degradação sócio-ambiental. É o caso *Sociedade e Território*, Natal, vol. 27. Edição Especial I – XXII ENGA. p. 270-288, set. 2015

dos camponeses no entorno da Serra de Carajás. A principal cidade desta região é Parauapebas - Pará. Sua dinâmica intensa de crescimento (em média 50 famílias chegam por semana no município) requer quantidades significativas de areia e seixo para alimentar o crescimento da malha urbana da cidade. Os territórios camponeses são, portanto, o alvo preferencial do comércio regional de materiais de construção. Como o leito dos rios é o espaço de retirada desse material, o rio e sua biodiversidade são os principais atingidos. Sem falar do processo de dependência e de especialização colocados para as camponesas e camponeses por esse tipo de atividade.

c) No caso do Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS Esperança em Anapu – Pará um dos componentes que vem ameaçando a fixação das famílias e seu processo de reprodução no assentamento é a compra de lotes. Tanto no interior como no seu entorno. Isso em virtude das desapropriações feitas na área da construção da Hidrelétrica de Belo Monte. Os agricultores que foram desapropriados mediante indenização estão se convertendo em verdadeiro vetor migratório em direção ao PDS. Acabam comprando lotes no assentamento com a verba indenizatória conseguida pelo Consórcio Construtor de Belo Monte – CCBM.

### Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri. “*Apresentação*”. IN: ACSELRAD, H. **Cartografia Social, Terra e Território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013, 318p.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. “O que há de novo no rural brasileiro?” Artigo IN: **Terra Livre**(Associação dos Geógrafos do Brasil). São Paulo/Agosto de 2001.

ALMEIDA, Maria Geralda. Froteiras, Territórios e Territorialidade. IN: **Revista da Anpege (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Geografia)**, nº02,2005, pp. 103-114.

AUGÈ, Marc. **Por uma Antropologia da Mobilidade**. Maceió: UFAL: UNESP, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “Tempos e Espaços nos Mundos Rurais do Brasil”. IN: **Revista Ruris** (Revista do Centro de Estudos Rurais –CERES). Campinas: EDUNICAM, V. 01, nº01, março de 2007. PP. 37-63.

COSTA, Francisco de Assis. **Economia Camponesa nas Fronteiras do Capitalismo**: teoria e prática nos Estados Unidos e na Amazônia Brasileira. Belém: NAEA, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. "Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial". IN: BUAINAIN, A. M. (Org.). **Luta Pela Terra, Reforma Agrária e Gestão dos Conflitos no Brasil**. Campinas:EDUNICAMP, 2008.

FRASER, Nacy. Igualdade, Identidade e Justiça Social. **Le Monde Diplomatique**, junho de 2012, p. 34-35.

GUICHONETT, Paul & RAFFESTIN, Claude. **Geographie des frontières**. Paris, P.U.F, Collection SUP 13, 1974.

GUZZO, Maria Rosária Souza; SANTANA, Nivalda Silva de. 2009. **Irmã Dorothy Stang– a mártir do PDS**. Anapu: Mimeo. 144 p.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997, 213p.

MONTEIRO, Dion Márcio Carvaló. **Estudo sobre a Organização da Produção em Área de Assentamento no Sudeste do Pará**. Belém: NAEA (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento – PLADES), 2004. (Dissertação de Mestrado).

MOREIRA, Vinicius Silva & MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. "Reflexões sobre o Território e a Territorialidade para Compreender o Despertar de um Movimento Social". IN: SAQUET, M. A. **Estudos Territoriais na Ciência Geográfica**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

REBORATTI, Carlos E. "Fronteras Agrarias en America Latina". Artigo. IN: **Cuadernos Críticos de Geografía Humana – GEOCrítica**, mayo 1990, nº 87, 1990.

RIBEIRO, Beatriz Maria de Figueiredo. **Aqui não tem esse negócio de herança**. Hoje eu quero uma terra pra mim! Relações intergeracionais na luta camponesa. Niterói: UFF (Programa de Pós-graduação em Geografia), 2011. (Tese de Doutorado).

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. 4 vol. Belém: EDUFPA, 2004.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato – um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. 2 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1976, 261p.

**Recebido em Junho de 2015.**

**Publicado em Setembro de 2015.**